



FILIADO À **FASUBRA**
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

GESTÃO
2022 - 2025
10/12/2024
49/2024

ATO COM PARALISAÇÃO! É HOJE, ÀS 9H, EM FRENTE À REITORIA

Às 10h vamos realizar uma assembleia para discutir a nova proposta da reitoria de Auxílio-Saúde de até R\$ 900 e Auxílio-Alimentação de R\$ 1950.



Ontem (9), reitoria, STU e Adunicamp discutiram nova proposta que amplia os valores dos benefícios.

Hoje, vamos **PARAR TUDO** para exigir o pagamento do Abono/Prêmio e a extensão dos benefícios aos aposentados.

Vamos ocupar a frente da reitoria a partir das 9h, para pressionar o Conselho Universitário (Consu) pelos nossos direitos. E às 10h faremos nossa **ASSEMBLEIA** para discutir a nova proposta da reitoria. E para arrematar, teremos churrasquinho integrativo para marcar esse importante ato.

A força da nossa mobilização está dando resultados. Após semanas de pressão e na iminência do nosso **ATO COM PARALISAÇÃO DE HOJE**, a reitoria convidou de forma urgente, o STU e a Adunicamp para uma reunião ontem (9).

Reforçando seu posicionamento contra bonificações, por considerar "ações pontuais", nesse encontro de última hora, a reitoria sugeriu melhorias nos auxílios e benefícios, claramente pressionada pela força do nosso movimento.

Segundo o gestor, o Vale-Alimentação, que havia sido reajustado de R\$ 1.420 para R\$ 1.800, passará para R\$ 1.950, em jan/2025.

O Auxílio-Saúde de até R\$ 800 será reajustado

para até R\$ 900. Sobre a minuta protocolada, a reitoria está analisando nossas propostas, mas de antemão sinalizou que o Auxílio-Saúde será concedido aos ascendentes, pai/mãe do funcionário, desde que participem do mesmo convênio médico, como se fossem "dependentes". O pagamento está previsto para fev/2025, retroativo a jan/2025. Foi reforçada a previsão de nova reunião, em mar/2025, para revisão do benefício.

Além disso, foi anunciado o aumento de 20% nos recursos totais destinados à progressão na carreira em 2025.

Essas novas propostas serão apreciadas no Consu de hoje, e são uma demonstração evidente de que nossa mobilização foi determinante para a reitoria se mexer e arrumar mais dinheiro.

Sem pressão, esses avanços não existiriam!

Avançamos muito, mas podemos mais!

Enquanto a USP já pagou um total de R\$ 19 mil em Abonos/Prêmios nos últimos dois anos, e a Unesp anunciou um Prêmio de R\$ 3 mil, a Unicamp permanece sem oferecer abono aos seus

PROGRAMAÇÃO DO ATO COM PARALISAÇÃO

HOJE (10/12)
EM FRENTE À REITORIA

9h: Ato com Paralisação

10h: Assembleia Geral

+ *Churrasco Integrativo*

Queremos abono, extensão dos benefícios para os aposentados e o fim do Ponto Eletrônico!

trabalhadores, que são a base dessa universidade.

É importante registrar que na reunião com o STU e Adunicamp, a reitoria da Unicamp acredita que os abonos comprometem a isonomia entre as universidades e declarou que a decisão da Unesp "atropelou" as negociações no Cruesp.

A postura da Unicamp de priorizar benefícios perenes é válida, mas ignora a urgência de um alívio financeiro imediato para muitos trabalhadores que estão endividados porque deixaram de receber quase 21 salários, desde mai/2012.

A hora de pressionar é agora!

Vamos **PARAR NOSSAS ATIVIDADES** para exigir mais avanços: *Abono/Prêmio de R\$ 10 mil e a extensão do Auxílio-Saúde e Auxílio-Nutrição para os aposentados, que merecem respeito e valorização.*

Nossa mobilização já arrancou melhorias importantes, mas ainda temos muito a conquistar.

Não dá mais para esperar! Chame seus colegas, convoque a unidade inteira! Se não lutarmos hoje, ficaremos para trás amanhã.

A firmeza do STU aliada à força da nossa união ampliaram as nossas conquistas

Venha para porta da reitoria lutar por mais avanços. Hoje, às 9h, esperamos você!

A firmeza do STU aliada à força da nossa união ampliaram as nossas conquistas

Há mais de 33 anos, o STU vem provando seu compromisso com a defesa de melhores condições de vida, trabalho e de salários para os trabalhadores e trabalhadoras da Unicamp.

Graças às inúmeras mobilizações, convocadas pela atual diretoria ao longo deste ano, conseguimos avançar na nossa pauta econômica, demonstrando que a união da categoria é essencial para garantir nossos direitos e ampliar as nossas conquistas.

Entre as vitórias mais recentes, destacamos:

- Implantação do **Vale-Refeição** (em 2023), uma conquista histórica que só foi possível pela força do STU e pela pressão organizada da categoria.

- Pagamento do **Vale-Alimentação** Extra (dez/2024), um recurso financeiro importante para amenizar as despesas de fim de ano.

- **Reajuste do Vale-Alimentação** (jan/2025), garantindo mais poder de compra e valorização para toda a categoria.

- Pagamento do **Auxílio-Saúde** (fev/2025), uma conquista muito esperada que busca melhorar a qualidade de vida e bem-estar de todos.

Reajuste no Auxílio-Criança e Auxílio-Educação Especial é mais uma vitória da nossa luta em defesa de mães/pais que precisam manter seus empregos, mas enfrentam dificuldades para acessar creches e escolas.

Essas conquistas reforçam o STU como um sindicato de luta, sem medo de agir com firmeza para defender os direitos dos trabalhadores. Mas para avançarmos ainda mais, é fundamental estarmos unidos, engajados e filiados à entidade.

A filiação não é apenas um gesto de apoio, mas um ato de fortalecimento coletivo.

Um sindicato forte depende da participação ativa da categoria, e cada nova filiação amplia nossa capacidade de negociação, aumenta nosso poder de pressão e fortalece a luta por melhores condições de trabalho e benefícios para todos.

Confira abaixo a previsão de pagamento

das nossas conquistas,

- **13/12:** VA Extra/Natalino (R\$ 1.420)

- **13/12:** 13º Salário

- **20/12:** VA (R\$ 1.420 - referente a jan/2025)

- **02/01:** VR (R\$ 40/dia trabalhado)

- **07/01:** Salário

- **09/01:** VA Complementar (R\$ 530 - referente à jan/2025)

- **Fev/2025:** Auxílio-Saúde (até R\$ 900 - referente a jan/2025)

Lembrando que o Vale-Alimentação Extra e reajuste desse benefício, assim como o pagamento do Auxílio-Saúde foram aprovados na última reunião da COP (Comissão de Orçamento e Patrimônio), de 28/11, e seguem para o Consu (Conselho Universitário), previsto para 10/12, para apreciação.

Ainda podemos avançar mais. Por isso, o STU segue firme em sua missão de representar os interesses da categoria, sempre com independência e compromisso.

Vamos continuar avançando juntos! Filie-se ao STU, unidos conquistaremos muito mais!

Novo contrato do fretado atende as reivindicações dos trabalhadores, mas seguiremos vigilantes!

O STU tem lutado incansavelmente para melhorar o fretado e tudo que envolve o transporte e deslocamento na vida dos trabalhadores da Unicamp.

Recentemente, o sindicato entrou com uma denúncia no Ministério Regional do Trabalho (MRT) ao receber informações anônimas e reclamações de más condições de utilização do serviço de fretado.

As situações enfrentadas pela nossa categoria são desde condições insalubres diárias, excesso de lotação, falta de ar condicionado, entre outras.

O sindicato, preocupado com a qualidade de vida dos trabalhadores usuários deste serviço, e ciente da gravidade dessa situação, tem denunciado esses problemas e documentado junto à prefeitura da universidade, exigindo melhorias no novo contrato de prestação de serviços.

Essas mudanças são extremamente necessárias e não podem ser adiadas, especialmente quando a vida dos trabalhadores que utilizam esses fretados está em risco.

Além de tomar as medidas judiciais cabíveis, o STU participou de uma reunião ampliada, no dia 03/12, da Unitransp com os usuários do fretado, o Prefeito Universitário Juliano Finelli, e a empresa Rápido Sumaré, que vai começar a operar em jan/2025.

O sindicato esteve presente neste encontro para apoiar e dar suporte aos trabalhadores.

Dentre as melhorias estão a roteirização das linhas, a prestação do serviço por uma única empresa e a possibilidade de acompanhar a linha em tempo real através de um aplicativo.

O STU compreende a importância do fretado para os trabalhadores da Unicamp e vai continuar a luta para esse serviço ser o mais inclusivo possível.

Também consideramos o novo contrato uma vitória, pois contempla muitas das nossas demandas cobradas na Pauta Específica de Reivindicações.

Mas é importante deixar registrado que seguiremos vigilantes para que o serviço prestado atenda as necessidades da categoria.

Qualquer dúvida ou denúncia, entre em contato conosco.

Confraternização de Fim de Ano dos Aposentados

A Coordenação de Aposentados do STU, junto com o Coletivo de Aposentados e Pensionistas da CUT e a Associação dos Idosos, convida você para nossa Festa de Fim de Ano.

A confraternização será nesta quinta-feira (12), às 10h, na Chácara Boa Esperança, localizada na Av. Paulo de Camargo Moraes, 253, em Campinas.

O convite é aberto a todos os aposentados da Unicamp.

É fundamental cada pessoa levar o seu kit churrasco.

Para o bem da nossa organização, você precisa confirmar presença com a diretora do STU, Sandra Ramos, no grupo de aposentados ainda hoje (10).

Venha confraternizar conosco!

A CAMPANHA 2025 JÁ COMEÇOU: luta por recomposição salarial, melhores condições de trabalho e defesa dos serviços públicos

Reunião técnica entre Fórum e Cruesp evidenciou arrecadação em ritmo positivo e estabeleceu compromisso de novo encontro em fevereiro

Representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se com os técnicos do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) em 29/11. O objetivo foi analisar conjuntamente o cenário econômico, a arrecadação do ICMS, imposto do qual derivam os recursos para Unesp, Unicamp e USP, entre outros pontos.

Os técnicos do Cruesp confirmaram que a previsão atualizada da Secretaria da Fazenda para a quota-parte do estado (ICMS-QPE) em 2024 (que era de R\$ 154,5 bilhões e foi corrigida para R\$ 164,5 bilhões), deve se concretizar e, talvez, ser levemente superada.

Outro fato importante debatido foi o conteúdo do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, que o governo estadual enviou à Assembleia Legislativa em 30/9. A previsão para o ICMS-QPE de 2025 é de R\$ 181,886 bilhões, já descontados os valores do programa habitacional. Mesmo com o desconto (considerado indevido pelo Fórum das Seis), esse montante é 17,5% maior que a estimativa inicial para 2024 e cerca de 10,5% superior ao valor final previsto para este ano. Embora guardem ressalvas aos valores previstos, considerando-os acima das expectativas, os técnicos informaram que as peças orçamentárias das universidades para 2025 levam em conta os números da LOA. Nas três instituições, os orçamentos estão em vias de aprovação nos respectivos conselhos universitários. Os/as representantes do Fórum pediram informações mais detalhadas sobre recursos

estimados para a permanência estudantil; para a recomposição salarial; para as contratações de servidores/as técnico-administrativos/as e docentes (destacando o saldo real, ou seja, contratações novas menos aposentados/exonerados); dados relativos à insuficiência financeira (IF), que é a diferença entre o que as universidades arrecadam em contribuições das pessoas daativacom o que pagam em aposentadorias e pensões de servidores/as autárquicos/as. Para 2025, a IF prevista para Unesp, Unicamp e USP é de cerca de R\$ 3 bilhões. O Fórum das Seis vem denunciando há tempos – e cobrando dos reitores que façam o mesmo – que a Lei 1.010/2007, que criou a SPPrev, seja cumprida; ela estabelece que a IF deve ser custeada pelo Executivo, mas isso não acontece em relação às universidades.

Outro ponto debatido entre a representação do Fórum e os técnicos do Cruesp foi a reforma tributária. Embora as propostas de ambas as partes para a substituição dos 9,57% do ICMS-QPE (já que o imposto será gradativamente extinto nos próximos anos) sejam muito parecidas, os reitores não concordam em somar forças para evitar que as universidades sejam prejudicadas com a transição. (*leia mais no verso*)

Nova reunião técnica e GT Previdência

A pedido do Fórum, ficou previamente agendada uma nova reunião técnica para 21/2/2025, com o objetivo de analisar o fechamento da arrecadação de 2024 e o comportamento do ICMS no início do próximo ano.

Após meses de insistência do Fórum, finalmente o Cruesp constituiu um grupo de trabalho para discutir temas relacionados às aposentadorias, pensões, insuficiência finan-



A reunião técnica, em 29/11

ceira etc. Segundo informado pelo chefe de gabinete do Cruesp, prof. Arlindo Philippi Júnior, a primeira reunião do GT Previdência deve ser agendada para o início do ano.

Luta por salário será central

Após a reunião técnica, os/as representantes do Fórum fizeram uma breve análise da reunião técnica e dos desdobramentos da data-base de 2024. Após maio deste ano, quando a única negociação realizada redundou num reajuste salarial de 5%, a avaliação é que as entidades não conseguiram unificar as categorias em torno à luta por avanços (ainda faltam 13,87% para voltarmos ao poder de compra que os salários tinham em maio/2012, referência histórica das categorias); o que se viu foram reivindicações isoladas e as reitorias impondo os chamados penduricalhos (abonos, prêmios etc.). Além de serem pontuais, não compõem o salário e quebrarem na prática a isonomia entre as instituições, eles também deixam de fora os/as aposentados/as.

Em 2025, o desafio é mobilizar as categorias para lutarem por melhorias reais nos salários, nas condições de trabalho e na permanência estudantil.

Acesse este boletim online aqui



Fórum fez debate sobre previdência

“Aposentadorias/pensões: Impactos das contrarreformas da Previdência” foi o tema de debate que o Fórum das Seis realizou no dia 28/11, na USP.

Em breve, confira boletim de cobertura do evento. A gravação está em https://www.youtube.com/live/Yk0YY5_XfSo



Reforma tributária e financiamento das universidades estaduais

Com o advento da reforma tributária, aprovada no Congresso Nacional em dezembro (EC 132/2023), o formato atual de financiamento para Unesp, Unicamp e USP (9,57% da quota-parte do Estado na arrecadação do ICMS) terá que mudar. O ICMS será extinto e, em seu lugar, será criado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O novo imposto começará a vigorar progressivamente a partir de 2026, até substituir plenamente o ICMS.

O percentual do ICMS-QPE – base de cálculo para os orçamentos da Unicamp, Unesp e USP – não consta na Constituição Estadual, mas está previsto no Decreto nº 29.598/1989, que estabeleceu a autonomia das três universidades no início de 1989. Na época, o índice era de 8,4% e foi subindo nos anos seguintes, por conta das mobilizações da comunidade acadêmica, até chegar ao percen-

tual atual de 9,57%, ainda insuficiente dado o crescimento das universidades estaduais desde o início dos anos 2000.

Com o fim do ICMS, é com o governo Tarcísio que deverá ser negociada a definição de um novo parâmetro de financiamento para as universidades estaduais paulistas. A comunidade acadêmica deve se preparar para defender a autonomia e o financiamento adequado para as estaduais paulistas.

O Fórum das Seis já realizou dois debates sobre o tema neste ano:

- Em 25/6: <https://tinyurl.com/debateF6>

- Em 19/9: <https://bit.ly/f6deb190924>

O GT Verbas realizou estudo sobre o tema e defende a proposta de 8,64% da Receita Tributária Líquida (RTL) para o cálculo de repasse para as universidades (confira em <https://bit.ly/bfuep23>).

Brasil tem mais de 12 milhões de terceirizados. Manifesto aponta prejuízos dramáticos

Suspensão de aulas em ETECs e FATECs é mais um exemplo de que a precarização do trabalho só é boa para quem lucra com ela

A notícia de que ao menos 10 unidades de Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs), pertencentes ao Centro Paula Souza, tiveram as aulas presenciais substituídas por remotas na última semana de novembro trouxe à tona mais um capítulo das histórias de precarização do trabalho no Brasil. A empresa terceirizada FC Clean, contratada pelo Centro para prestar serviços de limpeza nestas unidades, deixou de pagar os salários aos seus funcionários, o que é fato recorrente, segundo denúncia do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação de Limpeza Urbana (Siemaco) de SP.

Manifesto organizado por entidades sociais e acadêmicas mostra que o país convive atualmente com cerca de 12,5 milhões de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, submetidos a salários muito menores, às piores condições de trabalho, à permanente insegurança em relação ao próprio emprego e ao recebimento dos salários.

“A terceirização é realizada em larga escala inclusive em diversas instituições do Estado, como as universidades



que, contraditoriamente, têm se arrogado um papel de protagonistas na defesa da democracia e de direitos sociais. Nelas se somam casos como o da USP, onde milhares de trabalhadoras terceirizadas não podem sequer ir trabalhar usando o ônibus circular disponibilizado aos trabalhadores efetivos, professores e estudantes – uma situação de evidente segregação. Ou da Unicamp, onde uma trabalhadora terceirizada morreu trabalhando, e suas colegas que reagiram realizando uma greve contra a precarização do trabalho foram demitidas em massa.”, destaca o texto, que pede o fim da terceirização, a revogação da “reforma” trabalhista de 2017 e a garantia dos direitos dos atuais terceirizados.

Leia mais e assine em <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR131427>

Ataques de Tarcísio aos serviços públicos não vão parar! Funcionalismo deve reagir!

A aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023 pela Assembleia Legislativa (Alesp), em 27/11, significou um duro golpe contra a educação pública em São Paulo. Com ela, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) fica autorizado a reduzir o percentual mínimo obrigatório de investimento no setor, dos atuais 30% das receitas do estado para 25%, a partir do próximo ano.

Este pesado ataque à educação soma-se a muitos outros: militarização e privatização de escolas públicas, o avanço da plataformização, os baixos salários dos profissionais da educação e o absoluto descaso e abandono dos espaços educacionais. Desde a sua posse, o governo tem dado sinais claros de sua política: precarizar os serviços públicos e, com isso, facilitar a entrega dos recursos para a iniciativa privada, por meio de terceirizações, privatizações e renúncias fiscais.

Teremos muita luta e resistência pela frente, para impedir novos ataques e, também, evitar que os vultosos cortes que o governador poderá fazer na educação, autorizado pela aprovação da PEC 9, se concretizem. Estão em jogo a qualidade da educação pública no estado e os nossos direitos como servidores públicos.

